

PROCESSADO
NO SISTEMA



I N S T I T U T O
CONSULPAM

INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA
PÚBLICO
PRIVADA:0838123
6000127

Assinado de forma digital
por INSTITUTO CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO
PRIVADA:08381236000127
Dados: 2022.07.28 11:30:06
+03'00"

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO DA
PREFEITURA DE SAQUAREMA/RJ

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo: 13923/2022
Data: 28/07/2022
Fls. 02 Rubrica:

Ref.: Edital de chamamento nº 009/2022

INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO – PRIVADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.381.236/0001-27, estabelecida na Av. Evilásio Almeida de Miranda, nº 280, Edson Queiroz, Fortaleza/CE, CEP: 60.834-486, com fulcro no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, vem, com o sempre respeito e acatamento, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato da Comissão Especial de Seleção que desclassificou a empresa **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA**, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

INSTITUTO CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA
AV. EVILÁSIO ALMEIDA MIRANDA, 280 - EDSON QUEIROZ - CEP.: 60.834-486

TELEFAX (85) 3224-9369 / CNPJ 08.381.236/0001-27

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.

www.consulpam.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.



INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA
PÚBLICO
PRIVADA:08381236
000127

Assinado de forma digital
por INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO
PRIVADA:08381236000127
Dados: 2022.07.28 11:30:30
-03'00"

DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, cabe Recurso Administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, restando, portanto, demonstrada a tempestividade do presente recurso, tendo em vista o prazo limite para interposição das razões recursais a data de 28/07/2022.

DOS FATOS

A Prefeitura Municipal Saquarema/RJ tornou pública a realização do processo nº 20.142/2921, do tipo Chamamento Público 009/2022, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS (ESCRITA, PRÁTICA E DE TÍTULOS), OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ" em conformidade com as disposições do edital licitatório e seus anexos.

Procedeu-se, no dia 21/07/2022, às 15h00hrs, a sessão pública para abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e a proposta de preços para a execução do objeto licitado. Momento em que o Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Saquarema/RJ declarou as empresas **INSTITUTO CONSULPAM E CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA** e **INSTITUTO**

INSTITUTO CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA
AV. EVILÁSIO ALMEIDA MIRANDA, 280 - EDSON QUEIROZ - CEP.: 60.834-486

TELEFAX (85) 3224-9369 / CNPJ 08.381.236/0001-27

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.

www.consulpam.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.



INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA
PÚBLICO
PRIVADA:08381236
000127

Assinado de forma digital
por INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO
PRIVADA:08381236000127
Data: 2022.07.28
11:30:55 -03'00'

oh

I N S T I T U T O CONSULPAM

BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM classificadas no processo licitatório.

Todavia, após abertura dos envelopes, verificou-se que o **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA** apesar de ter apresentado proposta com o menor valor global, apresentou a proposta com validade inferior ao estabelecido no instrumento convocatório, informou ainda que a proposta comercial se encontra assinada por representante legal com procuração revogada pela instituição, desclassificando assim a empresa do certame.

Pelos motivos a seguir expostos, vem-se contestar tais alegações.

RAZÕES RECURSAIS

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, a Recorrente apresenta as razões pelas quais considera que a decisão que julgou a desclassificação da empresa licitante não merece prosperar, com os devidos reparos.

DA PROPOSTA COMERCIAL ASSINADA POR REPRESENTANTE LEGAL

Foi apresentada proposta comercial com o menor valor global de proposta pela instituição, entretanto, ao ser analisada tal proposta foi verificado que a proposta comercial foi assinada por representante legal e que este estaria com a procuração revogada pelo **INSTITUTO CONSULPAM**.

De fato, houve revogação de representante por meio de procuração, entretanto, esta procuração especifica que as assinaturas do representante que

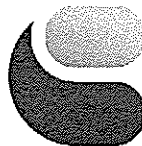
INSTITUTO CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA
AV. EVILÁSIO ALMEIDA MIRANDA, 280 - EDSON QUEIROZ - CEP.: 60.834-486

TELEFAX (85) 3224-9369 / CNPJ 08.381.236/0001-27

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.

www.consulpam.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.



INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA
PÚBLICO
PRIVADA:08381236
000127

Assinado de forma digital
por INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO
PRIVADA:08381236000127
Dados: 2022.07.28 11:31:20
+03'00'

INSTITUTO CONSULPAM

estariam sendo revogadas são as posteriores ao dia 05 (cinco) de Julho de 2022, logo qualquer assinatura feita pelo representante legal em nome do INSTITUTO CONSULPAM anteriormente a data do dia 05 de julho de 2022 não encontra-se revogada, vejamos o que diz a procuração:



INSTITUTO CONSULPAM

TERMO DE REVOGAÇÃO

INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.381.236/0001-27, estabelecida na Av. Evilásio Almeida de Miranda, nº 280, Edson Queiroz, Fortaleza/CE, CEP: 60.834-486, neste ato representada por sua Diretora Presidente, **GISELE BORGES PEREIRA DE OLIVEIRA**, pelo presente termo de revogação e cancelamento de procuração particular, revoga e torna sem efeito A PROCURAÇÃO que outorgou poderes ao Sr. **ADILSON FERNANDES DA SILVA, CASADO**, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 929.288.897-87, RG Nº 066.510.58-7, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA BERNARDO DE VASCONCELOS, Nº 818, VILA MARIA HELENA, DUQUE DE CAXIAS, RIO DE JANEIRO, CEP: 25251-300, nos autos do processo realizado pela Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ, no Chamamento Público nº 009/2022, que tem como Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS (ESCRITA, PRÁTICA E DE TÍTULOS), OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ, ficando a mesma cancelada em definitivo a partir desta data.

Fortaleza/CE, 05 de Julho de 2022

INSTITUTO CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA:083812360001
27
Assinado de forma digital por
INSTITUTO CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA:08381236000127
Dados: 2022.07.25 11:01:30
-03'00'

GISELE BORGES PEREIRA DE OLIVEIRA
Diretora Presidente

INSTITUTO CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA
AV. EVILÁSIO ALMEIDA MIRANDA, 280 - EDSON QUEIROZ - CEP.: 60.834-486

TELEFAX (85) 3224-9369 / CNPJ 08.381.236/0001-27

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.

www.consulpam.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.



INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA
PÚBLICO
PRIVADA:0838123600
0127

Assinado de forma digital
por INSTITUTO CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO
PRIVADA:08381236000127
Dados: 2022.07.28 11:31:46
+03'00"

INSTITUTO CONSULPAM

Em vista disso, requer-se a validade da assinatura do então representante legal do INSTITUTO CONSULPAM, tendo em vista que a data que foi realizado tal ato, dia 29 de junho de 2022 às 10hrs, sua assinatura ainda era válida, sendo somente invalidada a partir da data citada acima, dia 05 de julho de 2022.

DA VALIDADE DO DOCUMENTO

Foi informado ainda que o **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA** apresentou proposta com validade inferior ao estabelecido no instrumento convocatório -item 9.10 e que diante deste fato estaria sendo desclassificada do certame. No edital é informado o prazo de 180 dias para a validade de proposta de preço, o **INSTITUTO CONSULPAM** apresentou em 90 dias a proposta de preços.

Entretanto este prazo imposto no edital não se baseia no que dita a Lei 8.666 de 1993, em seu artigo 64, §3º, vejamos:

Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

[...]

§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

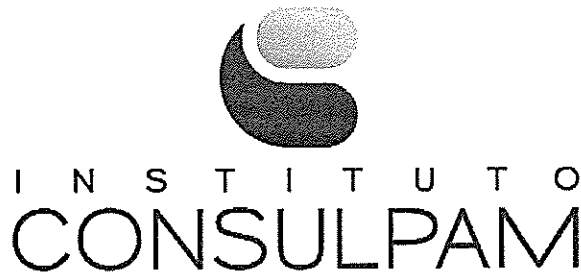
INSTITUTO CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA
AV. EVILÁSIO ALMEIDA MIRANDA, 280 - EDSON QUEIROZ - CEP.: 60.834-486

TELEFAX (85) 3224-9369 / CNPJ 08.381.236/0001-27

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.

www.consulpam.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.



INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA
PUBLICO
PRIVADA:08381236000127
6000127

Assinado de forma digital
por INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA PUBLICO
PRIVADA:08381236000127
Dados: 2022.07.28
11:32:08 -03'00'

Em vista do que dita a lei 8.666/93, o prazo mínimo de 180 dias deve ser invalidado, pois a administração pública não pode impor condições que não estejam previstas em lei.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, requer que seja conhecido e provido o presente Recurso para modificar a decisão que declarou o INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA como desclassificada do certame, pois o feito não encontra guarida na lei de licitações.

Termos em que,

Pede e espera deferimento

Fortaleza, 28 de julho de 2022.

INSTITUTO
CONSULPAM
CONSULTORIA PUBLICO
PRIVADA:08381236000
127

Assinado de forma digital por
INSTITUTO CONSULPAM
CONSULTORIA PUBLICO
PRIVADA:08381236000127
Dados: 2022.07.28 11:32:27 -03'00'

INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA
Gisele Borges Pereira de Oliveira
Diretora-Presidente

INSTITUTO CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA
AV. EVILÁSIO ALMEIDA MIRANDA, 280 - EDSON QUEIROZ - CEP.: 60.834-486

TELEFAX (85) 3224-9369 / CNPJ 08.381.236/0001-27

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.

www.consulpam.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Gisele Borges Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1270-6E02-058B-0DA7.

Assunto: **RECURSO ADMINISTRATIVO - CH.P009/2022**
De: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Para: <concurso@ibam.org.br>
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data 29/07/2022 10:23



- Recurso.consulpam.ch.p009.22.PDF (~405 KB)

Prezados, bom dia!

Segue anexo Recurso Administrativo apresentado pelo INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA, para ciência e manifestação em contrarrazões, se for de vosso interesse.

--

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - licitacao@saquarema.rj.gov.br.

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ
CEP: 28990-756
Tel.: (22) 2655 - 6400 R.215.
Nosso e-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br

- 2) Que o edital não poderia ter fixado prazo de validade da proposta superior a 60 dias.

Conquanto a própria recorrente reconheça que o prazo de validade de sua proposta desatende ao que estabelece o item 9.10 do Edital, alega, em síntese, que em virtude do disposto no art. 64, §3º da Lei nº 8.666/93 o prazo estabelecido no item 9.10 do Edital deve ser invalidado, sob o argumento de que “a administração pública não pode impor condições que não estejam estabelecidas em lei”.

Por tais razões, requer, ao final, o provimento do recurso e a revisão da decisão de desclassificação de sua proposta.

Conforme restará demonstrado, ao contrário do que quer fazer crer a recorrente, a sua irresignação não se justifica e a manutenção da decisão proferida pela i. Comissão Especial de Seleção é medida que se impõe.

DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Feito esse breve relato, cumpre rememorar que dentre os princípios que regem todo e qualquer processo seletivo, está o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam tanto os licitantes como a Administração que o expediu (artigo 3º da Lei nº 8.666/93).

Diante disso, os interessados que deixarem de cumprir aos requisitos estabelecidos no Edital, não apresentando qualquer documentação exigida ou apresentando-a em desconformidade com o exigido, estão sujeitos a serem inabilitados e/ou terem suas propostas desclassificadas, a fim de serem resguardados os princípios norteadores de tal procedimento, notadamente, o princípio da isonomia e igualdade, constantes do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Não se pode olvidar, que a recorrente, ao se apresentar para o certame, se vinculou aos termos estabelecidos no edital e, portanto, tinha ciência dos exatos termos do item 9.10 do Edital que contém disposição expressa e inequívoca no sentido de que “a validade da proposta de preços deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua entrega”.

A par disto, se entendesse que tal disposição encontrava-se em conflito com os preceitos da Lei de Licitações, tal como sustenta nas suas razões recursais, fato é que teve a oportunidade de impugnar as regras estabelecidas, na forma preconizada nos itens 25 3, 25 4 e 25 5 do edital, mas não o fez e participou da licitação sem ressalvas, vinculando-se aos seus termos.

Não obstante, é de se dizer que diversamente do que sustenta a recorrente, nada impede que a Administração estabeleça em Edital, prazo mínimo de validade das propostas superior àquele indicado pelo §3º do art. 64 da Lei nº 8.666/93, por se tratar este prazo de norma de caráter supletivo, ou seja, só se aplica quando o Edital nada dispor a respeito.

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS. LEI 8.666/93, ART. 64, § 3º. **NORMA SUPLETIVA.** /.../. 2. No que pertine ao



prazo de validade das propostas, a Lei 8.666/93 dispõe em seu art. 64 que: "§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos." 3. **A regra do § 3º do art. 64 tem caráter supletivo, devendo ser aplicada apenas na hipótese de o instrumento convocatório não dispor de modo diverso. /....**" 11. Recurso ordinário a que se nega provimento. (STJ - RMS: 15378 SP 2002/0127227-0, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 22/02/2005, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 28.03.2005 p. 186 RNDJ vol. 66 p. 90)

Quanto à revogação do mandato conferido ao Sr. Adilson Fernandes da Silva para representar o Instituto recorrente em todos os atos do presente Chamamento Público, cumpre informar que tal fato é de se causar estranheza e coloca em dúvida não só a idoneidade do referido procurador, como também a firmeza de todos os atos por ele subscritos.

Nesse sentido, cumpre registrar que a reputação ético-profissional que autoriza a contratação com fulcro no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93 há de ser sólida e inquestionável, o que, no caso, diante do conjunto das circunstâncias que se apresentam (I - baixíssimo valor ofertado pela recorrente; II - validade da proposta com prazo inferior ao previsto no Edital e III - revogação do mandato do subscritor da proposta no curso do certame) acaba por se tornar altamente questionável.

Não obstante, trata-se de juízo de valor da Comissão, nos termos do que estabelece o item 8.4.1 A) do Edital e fato é que **o não atendimento ao item 9.10 do Edital consubstancia motivo suficiente, de per si, para manutenção da decisão de desclassificação da proposta apresentada pelo Instituto Consulpam Consultoria Público-Privada.**


Assim, a Comissão Permanente de Licitação, atendendo aos princípios da isonomia, igualdade entre os licitantes e da vinculação ao instrumento convocatório não só podia como deveria ter atuado da forma como atuou, diante do que a decisão recorrida é irretocável e não merece reparo.

DO PEDIDO

A luz dessas considerações, requer o IBAM que se dê provimento integral a essas CONTRARRAZÕES para indeferir o Recurso ofertado pelo Instituto Consulpam Consultoria Público-Privada, dado que a irresignação e argumentos da licitante não encontram fundamento nas decisões de nossos tribunais superiores.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2022.



Paulo Timm
Superintendente Geral

33.645.482/0001-96

Instituto Brasileiro de Administração
Municipal IBAM

Rua do Rosário, 72

Sup. B. Aires 19

CENTRO - Cep. 20041-002

Rio de Janeiro - RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE RECURSO Nº: 13.923/2022

PROCESSO DE CONTRARRAÇÕES Nº 14.309/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2022

PROCESSO DE ORIGEM: 20.142/2021

RECORRENTE: INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA (CNPJ
08.381.236/0001-27)

CONTRARRAZOANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (CNPJ
33.645.482/0001-96)

Trata-se do certame Chamamento Público nº 009/2022, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS (ESCRITA, PRÁTICA E DE TÍTULOS), OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº 20.142/2021.

A sessão pública de abertura do Certame ocorreu no dia 29 de junho de 2022, com início às 10:00 horas, conforme especificações previstas no ato convocatório, com sua continuidade e resultado de habilitação em 04 de julho de 2022 e finalizou em 21 de julho de 2022, onde a proposta de preços da instituição INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO – PRIVADA, ora recorrente, foi desclassificada, abrindo-se prazo legal de apresentação de peça recursal.



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

I. DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o instrumento convocatório e na sessão pública do dia 21/07/2022 foi informado do prazo estabelecido de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso. **O INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO – PRIVADA**, protocolou, tempestivamente, o memorial das razões do Recurso Administrativo, sob número de processo 13.923/2022 no dia 28/07/2022.

Foi dado ciência à outra licitante habilitada, INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM, que protocolou, tempestivamente, memorial de contrarrazões, no dia 03/08/2022, sob número de processo 14.309/2022.

II. DA ANÁLISE DE MÉRITO DO RECURSO

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 3º da Lei 8.666/93, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão que DESCLASSIFICOU a proposta da instituição recorrente **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO – PRIVADA**.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO DE ANÁLISE

1. Da ausência de representatividade em peça recursal:

De acordo com o Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, *in verbis*:

*“Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:
[...]*



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;"

Verifica-se que não foi juntado aos autos da recorrente nenhum documento que comprove legalmente sua representatividade, considerando que ausente documento de atesto que a pessoa que assinou a petição de memorial recursal, encontra-se habilitada legalmente para manifestação perante a instituição **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO – PRIVADA**, conforme Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, razão que não merece prover nem conhecimento do recurso interposto, haja visto, ainda, que o recurso foi assinado por diretora-presidente e não foi juntado aos autos comprovação de nomeação, também, ausente documento de identificação do outorgado, impossibilitando o reconhecimento legal e ausente estatuto social da instituição.

Certos atos e peças jurídicas exigem sua formalidade para garantia de seu reconhecimento e sobretudo, a segurança jurídica para a formalização dos negócios. Sendo o formalismo contratual, o feito para garantia de seus princípios, entre eles, o princípio da segurança jurídica, onde faz-se necessário a verificação de que a assinatura ali contida seja fidedigna, sendo necessário para tanto, no caso em tela, confirmação de sua autenticidade.

2. Do cumprimento do princípio da legalidade:

Ainda, de forma a garantir a legalidade dos atos, por deliberação analisada a solicitação da recorrente, que alega e requer:

a) *"Ante ao exposto, requer que seja conhecido e provido o presente Recurso para modificar a decisão que declarou o INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA como desclassificada do certame, pois o feito não encontra guarida na lei de licitações";*

E no memorial de contrarrazões assim se manifesta a instituição INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM:

b) *"A luz dessas considerações, reque o IBAM que se dê provimento integral a essas CONTRARRAZÕES para indeferir o Recurso ofertado pelo Instituto Consulpam Consultoria Público-Privada, dado que a irresignação e argumentos da licitante não encontram fundamento nas decisões de nossos tribunais superiores."*

1. Em referência a alegação a):



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

Transcrevo, de forma integral os subitens, que fundamentaram a desclassificação da proposta de preços, *verbis*:

“9.9 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências do Termo de Referência e do Edital de Chamamento, ou que consignarem valor total superior aos valores consignados neste, ou ainda, com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade ou seja regulares na lógica de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

9.10 A validade da proposta de preços deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua entrega, determinada neste Edital.”

Em análise acurada à documentação da recorrente, verifica-se que a mesma apresentou proposta com validade de 90(noventa) dias, portanto, descumprindo com o item 9.10 do instrumento convocatório, visto que a licitante não apresentou peça de impugnação ao referente item do edital e complementando a fundamentação aos itens 25.11 e 7.1.5 do edital:

“25.11 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.”

“7.1.5 A participação neste certame implica a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste edital;”

Destaco que não houve apresentação de impugnação para a forma de apresentação da proposta de preços estabelecida, nem por licitante participante, nem por outro cidadão, o que, para garantia dos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório. Neste sentido, fica a Administração Pública, por meio de sua comissão de seleção vinculada estritamente ao julgamento de acordo com as cláusulas do instrumento convocatório, justificando o julgamento que resultou na desclassificação da proposta da recorrente.

Prestigiado o motivo de desclassificação de proposta por inconformidade de sua validade, passo à exposição do outro motivo que levou à desclassificação da proposta da recorrente, assinatura de pessoa não qualificada:

No dia 05/07/2022 a recorrente encaminhou, via endereço eletrônico, documento que revoga a procuração que outorgou poderes de representação para o senhor ADILSON FERNANDES DA SILVA, que colaciono abaixo:



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____



TERMO DE REVOGAÇÃO

INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.381.236/0001-27, estabelecida na Av. Evilásio Almeida de Miranda, nº 280, Edson Queiroz, Fortaleza/CE, CEP: 60.834-486, neste ato representada por sua Diretora Presidente, **GISELE BORGES PEREIRA DE OLIVEIRA**, pela presente termo de revogação e cancelamento de procuração particular, revoga e torna sem efeito A PROCURAÇÃO que outorgou poderes ao Sr. **ADILSON FERNANDES DA SILVA**, CASADO, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 929.288.897-87, RG Nº 066.510.58-7, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA BERNARDO DE VASCONCELOS, Nº 818, VILA MARIA HELENA, DUQUE DE CAXIAS, RIO DE JANEIRO, CEP: 25251-300, nos autos do processo realizado pela Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ, no Chamamento Público nº 009/2022, que tem como Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS (ESCRITA, PRÁTICA E DE TÍTULOS), OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ, ficando a mesma cancelada em definitivo a partir desta data.

Fortaleza/CE, 05 de Julho de 2022

INSTITUTO CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA-083812360001-27
Assinado de forma digital por
INSTITUTO CONSULPAM
CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA-083812360001-27
Data: 2022.07.05 15:01:30
+01'00'

GISELE BORGES PEREIRA DE OLIVEIRA
Diretora Presidente

De acordo com o termo de revogação, torna sem efeitos a procuração que conferiu poderes ao Sr. Adilson Fernandes da Silva, e ainda, a recorrente estava ausente na continuidade do certame que ocorreu no dia 21/07/2022, sendo omissa e preclusa na designação de novo outorgante para o saneamento da proposta apresentada, que tornou-se documento assinado por pessoa não habilitada para tal, no momento em que houve a apresentação do termo de revogação.

2. Em referência as manifestações b):

A contrarrazoante, INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM corroborou, em sua peça de contrarrazões, com a decisão da comissão em desclassificar a proposta da recorrente, além disto, apresentou julgamento dos tribunais superiores, que certificam a legalidade do instrumento convocatório, no sentido de que o § 3º do art. 64º da Lei 8.666/93 tem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

caráter supletivo, devendo ser aplicado quando o instrumento convocatório não dispor de prazo diverso.

Mediante ao exposto, não restam incertezas ou ambiguidades que o instrumento convocatório foi elaborado seguindo o princípio da legalidade e o julgamento que desclassificou a licitante **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA** se realizou de forma objetiva, seguindo os critérios do edital.

O certame ocorreu com julgamento de acordo com suas cláusulas do edital, garantindo o tratamento isonômico dos participantes. O item 9.10 não contraria a legislação a qual se subjulga, portanto, não restam dúvidas da legalidade de sua aplicação.

Enfatizando, que conforme prevê a redação do Art. 41º da Lei 8.666/93 *in verbis*:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

E ainda, conforme estabelecido na Lei 8.666/93, em seu artigo 43º § 3º, fica vedada a inclusão de qualquer documento aos autos que possa ferir os princípios de tratamento isonômico e competitividade entre os licitantes:

"§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."(grifei)

IV. DA CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Por todo o exposto e prestados os esclarecimentos solicitados, opino pelo **DESPROVIMENTO** do recurso apresentado, destacando pela ausência de representatividade para validade de sua natureza formal e reitero que não foram encontrados elementos que confirmem a autenticidade da petição apresentada, tampouco, fundamentação legal que confirme as alegações da recorrente.

V. DA DECISÃO E JULGAMENTO

Encaminho esta análise, para julgamento pela Comissão Especial de Seleção, sobretudo às vistas do Sr. Presidente, por não restar dúvidas da conformidade e regularidade da sessão pública realizada, observadas todas as formalidades dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, sugerindo pela **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO**, por todas as razões supracitadas e em conformidade ao ordenamento jurídico apresentado.

Ainda, em atenção ao art. 109º, §4º da Lei 8.666/93, sugiro que, após decisão, faça subir à decisão superior da Autoridade Competente.

Saquarema, 04 de agosto de 2022.


GUILHERME CASTRO

Matrícula 8109-1

Membro

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

- 1- Subscrevemos à análise de recurso, declaramos anuência e decidimos pelo **DESCONHECIMENTO** e **DESPROVIMENTO** do memorial recursal, considerando ausência de seus elementos de representatividade e os fundamentos da análise do servidor membro da comissão;
- 2- Mantemos a decisão de **DESCCLASSIFICAR** a empresa **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO - PRIVADA**.
- 3- Encaminhamos os autos à Autoridade Competente para decisão final.

Saquarema, 04 de agosto de 2022

SAMUEL ARANDA NETO

Presidente

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022

SÉRGIO MAGNO BRAVO MONTEIRO

Membro

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022